



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 029/2026

FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador Luís Camolez, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, torna público, por meio do presente Edital, que estarão abertas as inscrições para o curso "**Pena Justa, Direitos Humanos e Atuação Judicial no Ciclo Penal**", credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Benedito Gonçalves – ENFAM, para fins de vitaliciamento e promoção, conforme **Portaria de credenciamento nº 70 de 6 de março de 2026**, observadas as regras estabelecidas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Curso: Pena Justa, Direitos Humanos e Atuação Judicial no Ciclo Penal.

1.2. Inscrições: de 25 a 30 de março de 2026.

1.3. Modalidade: EaD (com encontros síncronos via *google meet*).

1.4. Realização: de 01/04 a 25/05/2026.

1.5. Carga horária: 40h.

1.6. Local de realização: Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA/ESJUD e plataforma Google Meet.

1.7. LAR (Licença Compensatória por Alcance de Resultados): O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da LAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

1.8. Dados do Curso

1.8.1. Justificativa

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 347, reconheceu que o sistema prisional brasileiro se encontra submetido a um Estado de Coisas Inconstitucional, caracterizado por violações estruturais, persistentes e generalizadas de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

Como resposta institucional, foi estruturado, sob coordenação do Conselho Nacional de Justiça, o Plano Pena Justa, que estabelece um conjunto articulado de ações voltadas à superação desse quadro, com atribuições diretas ao Poder Judiciário.

A Portaria CNJ nº 471/2025 (Prêmio CNJ de Qualidade 2026/2027) estabelece, no eixo Governança, requisitos específicos relacionados à formação da magistratura no ciclo penal, à implementação da Política Antimanicomial, à prevenção e ao enfrentamento da tortura, à realização de inspeções judiciais e à atuação estruturante dos tribunais.

Nesse contexto, impõe-se a estruturação de um curso institucional que:

Qualifique tecnicamente a atuação judicial;

Promova alinhamento institucional às políticas judiciárias do CNJ;

Reoriente a prática jurisdicional para uma perspectiva estrutural, preventiva e baseada em direitos humanos.

O curso adota as Diretrizes Pedagógicas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), com fundamento na andragogia, no protagonismo do cursista, na aprendizagem baseada em problemas reais e na integração entre teoria, prática e reflexão institucional.

1.8.2. Origem da Demanda: Prêmio CNJ. Recomendação CNJ nº Res. CNJ nº 593/2024. Art. 9º, XXV, 'd', Formação com 7 temáticas obrigatórias: (1) Audiência de Custódia; (2) Medidas Diversas da Prisão; (3) Execução Penal; (4) Prevenção à Tortura; (5) Saúde Mental; (6) Inspeções Judiciais; (7) Populações vulneráveis no ciclo penal.

1.8.3. Formadores

André Guasti Motta - Juiz de Direito, especialista em direito público pela FDV, professor das Escolas da Magistratura e do MP do Espírito Santo, dos cursos de pós graduação da FDV e UNESC. Autor de livros, dentre eles "Magistratura em Ação - parte criminal", da Ed. Juspodivm. Formação de Formadores – Nível 1 Módulo 1. Formação de Formadores - Desenvolvimento Docente - nível 1 - módulo 2. Formação de Formadores: Desenvolvimento Docente - Nível 1 - Módulo 3 - EaD - CFF132020. Formação de Tutores no Contexto da Magistratura.

Luis Fernando Nigro Correa - Juiz de Direito no Estado de Minas Gerais. Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Integração Europeia pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Doutorando em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

1.8.4. Objetivo Geral: Ao final de formação os participantes serão capazes de decidir com atuação constitucional, convencional, técnica e humanizada no ciclo penal, em consonância com o Plano Pena Justa, a Política Antimanicomial, a Convenção Americana de Direitos Humanos e as políticas judiciárias do CNJ, contribuindo para a superação do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema prisional brasileiro.

1.9. Conteúdo Programático

AMBIENTAÇÃO

Conteúdo:

- Matriz pedagógica do curso
- Guia do curso
- Manual do aluno
- Netiqueta
- Tutorial de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola do Poder Judiciário do Acre
- Fórum de apresentação dos alunos e tutores do curso

MÓDULO I – FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS

Conteúdo Programático:

- O Estado de Coisas Inconstitucional no sistema penal brasileiro
- Prisão como medida estruturalmente excepcional
- Fundamentos constitucionais das medidas diversas da prisão
- Produção institucional de vulnerabilidades pelo sistema penal
- Desigualdades raciais, sociais e territoriais no uso da prisão
- O dever estrutural do Judiciário: prevenção, correção e monitoramento

MÓDULO II – PORTA DE ENTRADA DO SISTEMA PENAL

Conteúdo Programático:

- Audiência de custódia: fundamentos e finalidade constitucional
- Prisão em flagrante, prisão preventiva e temporária
- Medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP)
- Juiz das garantias e controle da legalidade da prisão
- Impactos decisórios iniciais sobre todo o sistema penal

- Vulnerabilidades na porta de entrada do sistema

MÓDULO III – VIOLENCIA INSTITUCIONAL

Conteúdo Programático:

- Tortura e maus-tratos no sistema de justiça criminal
- Violência institucional e seletividade penal
- Protocolo de Istambul: aplicação prática
- Dever judicial de apuração e prevenção da tortura
- Fluxos institucionais de apuração e responsabilização
- Prova, palavra da vítima e limites do processo penal

MÓDULO IV – EXECUÇÃO PENAL, INSPEÇÕES E GMF

Conteúdo Programático:

- Execução penal e decisões de caráter estrutural
- Inspeções judiciais: fundamentos e obrigatoriedade
- CNIEP e sistemas de informação penitenciária
- Atuação do GMF e articulação interinstitucional
- O juiz fora do processo e o controle das condições de custódia
- Políticas de cidadania no sistema prisional

MÓDULO V – SAÚDE MENTAL E POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Conteúdo Programático:

- Política antimanicomial e reforma psiquiátrica
- Medidas de segurança e seus limites constitucionais
- Saúde mental no sistema penal
- Populações em situação de vulnerabilidade (pessoas negras, mulheres, indígenas, população em situação de rua, LGBTQIA+)
- Interseccionalidade e sistema de justiça
- Alternativas ao modelo manicomial penal

MÓDULO VI – DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Conteúdo Programático:

- Convenção Americana de Direitos Humanos
- Controle de convencionalidade
- Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- Responsabilidade internacional do Estado brasileiro
- Diálogo entre jurisdição interna e internacional
- O juiz brasileiro como juiz interamericano

MÓDULO VII – APLICAÇÃO PRÁTICA

Produto Final:

Elaboração de:

- Plano de Ação Judicial / Institucional **ou**
- Checklist Operacional de Atuação no Ciclo Penal

Contemplando, no mínimo:

- Audiência de custódia
- Prevenção e detecção da tortura
- Fluxos da política antimanicomial
- Roteiro de inspeções judiciais

- Rotinas da execução penal
- Articulação com o GMF

1.10. Metodologia

Serão adotadas metodologias ativas, com destaque para a aprendizagem baseada em problemas e a análise de casos concretos vinculados à realidade jurisdicional. O curso utilizará a sala de aula invertida, com estudo prévio de materiais no ambiente virtual, seguido de encontros síncronos com exposição dialogada e debates orientados. Ao final de cada módulo, haverá registro reflexivo formativo, e o percurso culminará na elaboração de um Plano de Ação, voltado à implementação prática dos conhecimentos no contexto institucional. O(a) docente atuará como mediador(a) dos debates, organizando os cursistas em grupos para promover participação qualificada, reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento.

1.11. Cronograma

Etapas	Período	Tema	Atividades	Carga Horária
Ambientação	01/04/2026	Ambientação	Apresentação do curso, dos participantes e da plataforma virtual	1h
Módulo I - Fundamentos Estruturantes	06 a 15/04/2026	Estado de Coisas Inconstitucional, Plano Pena Justa e vulnerabilidades estruturais	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 15/04/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: O Estado de Coisas Inconstitucionais e o Plano Pena Justa: o novo papel do juiz brasileiro; Formador: André Guasti Motta 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h
Módulo II - Porta de Entrada do Sistema Penal	16 a 22/04/2026	Audiência de Custódia, Prisão e Medidas Alternativas e Juiz das Garantias	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 22/04/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: Audiência de Custódia: a decisão que define todo o sistema penal; Formador: André Guasti Motta 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h
Módulo III - Violência Institucional	23 a 29/04/2026	Tortura, Maus-Tratos, Protocolo de Istambul e Fluxos de Apuração	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 29/04/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: Tortura e Violência Institucional: o dever jurídico do juiz de ver o que o processo não mostra; Formador: André Guasti Motta 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h

Módulo IV - Execução Penal, Inspeções e GMF	30 de abril a 06 de maio de 2026.	Execução Penal, Políticas de Cidadania, Inspeções Judiciais, CNIEP e GMF	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa ; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 06/05/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: O juiz fora do processo: inspeções judiciais e decisões estruturais; Formador: André Guasti Motta 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h
Módulo V - Saúde Mental e Populações Vulneráveis	07 a 12/05/2026	Política Antimanicomial, Saúde Mental e Grupos em Situação de Vulnerabilidade	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 12/05/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: O fim do modelo manicomial e o novo paradigma das medidas de segurança; Formador: Luis Fernando Nigro Correa 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h
Módulo VI - Direito Internacional dos Direitos Humanos	14 a 20/05/2026	Convenção Americana de Direitos Humanos e Jurisprudência da Corte Interamericana	1. Materiais de estudo na plataforma do AVA; 2. Fórum de discussão formativa; 3. Aula síncrona (<i>Google Meet</i>) - 20/05/2026, das 14h às 16h (Horário do Acre) Tema: O juiz brasileiro como juiz interamericano; Formador: André Guasti Motta 4. Atividade de Registro Reflexivo no AVA.	6h
Módulo VII - Aplicação Prática	21 a 25/05/2026	Oficina de Casos Estruturais e Elaboração do Produto Final	Elaboração de uma plano de ação judicial/institucional ou um checklist operacional de atuação no ciclo penal. Formador: André Guasti Motta	3h

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e assessores(as) que trabalham com a matéria.

2.2. Número de vagas: 40 (quarenta) vagas.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no link <https://esjud.tjac.jus.br/calendario-de-inscricao/>

3.2. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.3. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.4. Ao final da ação educacional, a Coordenadoria de Controle e Monitoramento - COMON fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

5. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO:

5.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que participar integralmente dos encontros síncronos, realizar o estudo dos materiais disponibilizados no AVA e cumprir as atividades avaliativas propostas ao longo do curso, obtendo a nota para aprovação.

5.2. Depois de cumpridas as exigências do subitem 5.1, o(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o [link https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml](https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml).

5.3. Avaliação do(a) cursista: a avaliação será individual e contínua, por módulo, levando em conta o acompanhamento do desempenho do aluno no ambiente virtual, através das atividades nos fóruns de discussão, nos registros reflexivos bem como a realização da atividade final, que ocorrerá no módulo VII.

Os temas dos registros reflexivos serão vinculados ao assunto estudado (material disponibilizado em cada módulo), aos saberes e às experiências dos participantes no ensino de magistrados.

Os alunos serão avaliados, no registro reflexivo, de acordo com os seguintes critérios:

Crítérios	Pontuação
Demonstração de compreensão dos conteúdos	5 pontos
Capacidade de articulação teoria e prática	10 pontos
Coerência e objetividade das considerações	20 pontos
Polidez, cortesia e respeito às opiniões apresentadas	5 pontos
TOTAL	40 pontos

Serão sete registros reflexivos avaliativos formativos, correspondentes aos módulos. Cada um dos valerá, no máximo, 40 pontos e terá a duração de uma semana, correspondendo ao período de realização do respectivo módulo. O registro enviado depois do encerramento do módulo não será avaliado. Os outros 60 pontos serão computados pela participação nas atividades dos encontros remotos.

No entanto, em caso, de alguma outra atividade, que valerá, no máximo, 100 pontos, além dos registros reflexivos e participação nas atividades do encontro remoto, mas dentro do respectivo módulo, definida pelo tutor como avaliativa, a nota do módulo será a média da nota do registro reflexivo com a(s) da(s) atividade(s) desenvolvida(s) dentro do módulo, sendo assim, gerada apenas uma nota para cada módulo.

ATIVIDADE FINAL DO MÓDULO VII

Conforme os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e o *feedback* emitido pelo tutor, os cursistas deverão elaborar uma atividade final relacionada a construção de um plano de ação para o ciclo penal, o que será valorado com o máximo de 300 pontos. Desta forma, o discente terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, após o término do curso, para postar o plano na plataforma Moodle.

APROVAÇÃO E REQUISITO PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO

A aprovação do aluno será com base nos critérios de avaliação previamente estabelecidos e na média dos valores atribuídos às atividades avaliativas propostas. Será observada a tabela de conceitos abaixo:

0 a 49,99	50 a 74,99	75 a 89,99	90 a 100
Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo

A base de cálculo para obtenção da média final será da seguinte forma:

Média Final = (somatório das notas dos módulos I a VI + atividade final do módulo VII) / 100

Para a aprovação e emissão de certificado, o aluno deverá alcançar, no mínimo, **média final igual ou superior a 75 (setenta e cinco) pontos, correspondente ao conceito “Bom”.**

5.4. Avaliação da ação (de reação): Ao final do curso, o(a) estudante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, dentre outros.

6. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO:

6.1. Investimento total de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais), referente a 28 horas de tutoria e 12 horas de atuação como formador síncrono, conforme tabela constante no anexo da Resolução ENFAM n.º 2, de 12 de agosto de 2024.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Coordenadoria de Execução Educacional – COEED: coeed@tjac.jus.br.

7.2. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

7.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

ANEXO I

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
De 25 a 30 de março de 2026.	—	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
De 01/04 a 25/05/2026	—	Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/Esjud e Google Meet	Realização do Curso: Pena Justa, Direitos Humanos e Atuação Judicial no Ciclo Penal.

Desembargador **Luís Camolez**

Diretor da ESJUD

Rio Branco - AC, 02 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Vitorio Camolez, Diretor da ESJUD**, em 18/03/2026, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2317432** e o código CRC **3695DE43**.